

CGTP: entre o meio século de luta e o desafio da nova liderança

P publico.pt/2020/02/14/economia/noticia/cgtp-meio-seculo-luta-desafio-nova-lideranca-1904045

Pedro Crisóstomo, José Volta e Pinto, Samuel Silva, Pedro Crisóstomo, Sónia Sapage, Leonete Botelho, Ana Brito, Maria Lopes, Maria Lopes, Liliana Borges, Sónia Trigueirão, PÚBLICO, Marisa Morais



Foto

José Manuel Oliveira, sindicalista da Fectrans, Arménio Carlos e Isabel Camarinha no desfile do 1.º de Maio de 2018 Nuno Ferreira Santos

A maior central sindical portuguesa entra hoje num novo capítulo da sua história. Ao fim de oito anos à frente da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), Arménio Carlos passa a liderança a Isabel Camarinha, um rosto desconhecido até agora, mas com um passado de três décadas de luta sindical — mais de metade do tempo de vida da central que agora vai coordenar.

A técnica administrativa, de 59 anos, deverá ser escolhida como nova secretária-geral no final desta sexta-feira, na primeira reunião do novo conselho nacional que será eleito no 14.º Congresso que a CGTP realiza hoje e amanhã no Seixal.



A função pública despede-se dos de sempre e tenta trazer os jovens para a luta

Prestes a completar 50 anos, a Intersindical tem no horizonte um rol de desafios, aqueles que o mundo do trabalho e o movimento sindical hoje enfrentam: do recuo da industrialização ao reforço da terciarização da economia, da emergência do populismo ao aparecimento de novas organizações deslaçadas do sindicalismo convencional, da digitalização do trabalho à precariedade entre os jovens, do reforço do individualismo nas relações de trabalho ao combate às desigualdades de género.

Ser a primeira mulher a liderar a Intersindical não é o único sinal a ter em conta na actual mudança de liderança. Há, desde logo, uma assunção implícita na indicação de Isabel Camarinha como secretária-geral: o facto de se antever um novo líder em 2024, pois Camarinha tem 59 anos e, como atingirá a idade legal da reforma num segundo mandato, tudo indica que será secretária-geral apenas durante quatro anos.

Outra novidade: depois de Armando Teixeira da Silva, Manuel Carvalho da Silva e Arménio Carlos, todos eles operários, é a primeira vez que a Inter é liderada por alguém que vem da área do comércio, escritório e serviços.

Numa economia fortemente terciarizada, é isso um espelho das mutações socio-económicas e das perspectivas que o campo sindical europeu e internacional enfrenta? O sociólogo Elísio Estanque — investigador na área do sindicalismo e cultura operária que analisou a pedido do PÚBLICO alguns dos desafios que se colocam à CGTP e ao

sindicalismo em geral — atribui significado ao facto de Isabel Camarinha emergir do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP), do qual é presidente.

Há nisso “uma carga social e política”, diz, por ser o sector onde “a precarização está a aumentar mais rapidamente e onde os direitos estão a ser suprimidos em larga medida” num momento de expansão da “precariedade” e do “reforço do individualismo” nas relações de trabalho. Os serviços, vinca o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, já não são “um sector de trabalhadores bem-comportados, alinhados com o sistema, com empregos relativamente seguros e com perspectivas de carreira”.

A digitalização do trabalho

Desde a entrada no século XXI, situa o professor da Faculdade de Economia, o mundo assistiu a um desmembramento do campo laboral — a “segmentação, diversidade, pulverização dos modelos produtivos, instabilidade, imprevisibilidade”. E isso traduziu-se na perda de algumas das conquistas de direitos laborais alcançadas com o triunfo do Estado Social no pós-II Guerra Mundial, em que a classe trabalhadora conquistara estatuto, reconhecimento e o sindicalismo se tornara “de alguma maneira um prolongamento do sistema”, negociando políticas e orientações gerais do campo económico.

Mas com a globalização, continua, “o perigo mercantilista volta a prevalecer sobre o princípio da regulação por parte do Estado”. E os sindicatos “perderam força”. Porque “a classe trabalhadora também perdeu força”. Estanque considera que o sindicalismo não foi capaz de se tornar atractivo para as novas gerações que têm sofrido com os impactos da globalização e “não encontram no discurso sindical dominante, ainda hoje, os atractivos suficientes”.

Daí que, vinque, surjam hoje “correntes diferentes, formas organizativas distintas do campo sindical para tentar atrair os novos segmentos precários que sofrem de todo este efeito das tecnologias, da globalização, da digitalização do trabalho”.

Desde 1991 que Isabel Camarinha é dirigente sindical. É administrativa do sindicato dos trabalhadores da administração local e, nos últimos anos, depois de coordenar a direcção regional de Lisboa do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços de Portugal (CESP), tornou-se presidente da estrutura nacional do sindicato e entrou nesse mesmo ano para a comissão executiva da CGTP. É membro do PCP, força dominante entre as correntes da CGTP, e foi candidata a deputada nas listas da CDU nas últimas eleições legislativas e europeias de 2019.

No congresso da CGTP — onde a tendência comunista coexiste com a socialista, a católica e a Frente Unitária de Trabalhadores — as linhas de orientação para os anos de 2020 a 2024 serão definidas pelos cerca de 730 delegados.

O texto estratégico que as ancora é o Programa de Acção. Um documento onde, entre outras reivindicações, a CGTP reclama um aumento geral dos vencimentos, uma subida do salário mínimo “para combater os baixos salários e afastar os trabalhadores das situações de pobreza e exclusão social”, onde defende a redução do horário normal de trabalho semanal para as 35 horas “para todos” e o combate à “generalização do trabalho por turnos e a laboração contínua”.

E onde “inscreve a igualdade entre mulheres e homens nos “objectivos centrais e prioritários”, onde reconhece a importância de dinamizar a sua intervenção junto dos jovens (“os mais afectados pelos baixos salários, pelo desemprego e pela precariedade”) e onde determina ser necessário “prosseguir com maior acutilância” a sua acção anti-racista e anti-xenófoba.

Conter o populismo

No campo sindical, o surgimento de movimentos inorgânicos, nota Elísio Estanque, é também o “reflexo da dificuldade” de renovação e da “penetração de outro tipo de lógicas e de orientações”, como o

populismo, muitas vezes com grupos organizados desligados da esfera sindical convencional que “escondem interesses mais corporativistas e particularistas ou interesses políticos incorporados”.

O mesmo investigador não tem dúvidas de que a CGTP tem um “papel muito importante” a desempenhar nessa resposta, designadamente “a obrigação de contribuir para alertar para os perigos que penetram nalguns sectores da classe trabalhadora”. E fazê-lo, diz, exige uma “renovação do discurso” e uma “compreensão mais aprofundada dos desafios da sociedade actual, da economia, do emprego”.

A forma de o sindicalismo se reforçar, considera, passa por tentando ir mais ao encontro de novas dinâmicas: “Para além das questões do salário, do horário e das condições de trabalho, é preciso olhar para o âmbito mais alargado dos desafios sociais, porque é nessa dimensão mais alargada — e até internacional — que o campo sindical teve muita importância desde o século XIX”.

A perda de afiliados, transversal à UGT, foi um dos problemas que ficou à vista há quatro anos. Em 2016, a CGTP tinha 550.500 afiliados, menos 63 mil do que em 2012, mesmo com a entrada de novos sindicalizados. No último congresso foi assumida a meta de sindicalização de 110 mil novos trabalhadores, número que terá sido ultrapassado, embora ainda não se saiba quantos afiliados tem a central (se conseguiu aumentar ou se continuou a perder).

Do combate à *troika* e da coabitação com uma inédita solução parlamentar marcada pela negociação à esquerda, os últimos oito anos foram marcados por um discurso acutilante sobre os quais Arménio Carlos fazia o balanço positivo esta semana.

No dia em que teve a última reunião da Concertação Social com o Governo de Costa, apontava três argumentos: “Se houve alguém que regularmente lutou mais neste país para pôr em causa as políticas da *troika* e alguns acordos que foram aqui assinados e que a CGTP denunciou, [esse alguém] foi a CGTP. Se alguém tem dúvidas de que

vale a pena lutar e de que os resultados surgem mais cedo do que tarde, estão aí: a reposição de direitos é claramente o exemplo de que vale a pena lutar; [em] terceiro lugar, independentemente do que se avançou, há problemas estruturais que precisam de ser resolvidos”.